

Clipping UERGS - Assessoria de Comunicação (Ascom)

Assunto: Planos de governo candidatos ao Piratini

Veículo: Jornal da Manhã

Editoria/Coluna: Geral

Data: 20-08-2022

Local/Abrangência: Ijuí

Link/Página:

<https://admin.uergs.rs.gov.br/upload/arquivos/202212/05121602-20-08-2022-jornal-da-manha.pdf>

Formato:

Impresso

Internet

Rádio

TV

Enfoque:

Positivo

Negativo

Neutro

Encerrado o período de registro das candidaturas e iniciada oficialmente a campanha eleitoral, os onze candidatos ao governo do Estado apresentaram seus programas de governo.

A etapa é obrigatória para o registro das campanhas.

Entre temas mais citados, estão as concessões e privatizações de empresas estatais, a situação do IPE Saúde e, principalmente, a posição de cada postulante à vaga no Palácio Piratini frente à adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Neste pleito, estão na corrida, por ordem alfabética: Carlos Messalla (PCB), Edegar Pretto (PT), Eduardo Leite (PSDB), Luis Carlos Heinze (PP), Onyx Lorenzoni (PL), Paulo Roberto (PCO), Rejane de Oliveira (PSTU), Ricardo Jobim (Novo), Roberto Argenta (PSC), Vicente Bogo (PSB) e Vieira da Cunha (PDT).

A confirmação dos nomes na urna eletrônica ainda depende de julgamento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS), até o dia 12 de setembro.

Independente das posições, quem assumir o comando do Palácio Piratini no próximo ano terá que lidar com o assunto e, especialmente, com o impacto, caso tente revogar, que isso representará às finanças públicas.

Carlos Messalla (PCB) foca no desemprego

O programa de governo se apresenta como "antica-pitalista e anti-imperialista" para o Rio Grande do Sul.

O documento projeta um governo voltado para o combate ao desemprego, à fome, à miséria e "toda forma de opressão e exploração vivenciada pela população", além da reversão das privatizações.

Com 31 páginas, o documento tem medidas divididas em seis eixos, tratando de trabalho e planejamento econômico; distribuição de terra, agricultura e combate à fome; moradia e transporte; saúde; poder popular contra racismo, machismo, militarismo; e educação,

ciência e tecnologia. Na área da segurança, o programa toca em pontos polêmicos como a descriminalização do uso de drogas e a desmilitarização e unificação das forças policiais.

Luis Carlos Heinze (PP) priorizará agricultura

A candidatura apresenta 194 propostas, divididas em 11 áreas: agricultura; cultura, esporte e desenvolvimento social; desenvolvimento econômico e inovação; educação; finanças, governança e gestão; infraestrutura; meio ambiente; municipalismo e desenvolvimento regional; saúde; segurança pública; e turismo.

Entre as medidas de seu eventual governo, está criar incentivos para projetos de irrigação e para a instalação de açudes nas Áreas de Preservação Permanente (APP), incentivar o uso de energias limpas na produção rural, a redução do ICMS de forma gradativa e ampliar ações estaduais voltadas à liberdade econômica.

Quanto ao Regime de Recuperação Fiscal, o programa de Heinze prevê buscar, junto à União e ao Judiciário, alternativas de aperfeiçoamento das medidas impostas, no entanto, não dá mais detalhes.

Edegar Pretto (PT) destaca combate à fome

A proposta de governo de Pretto elenca como prioridade número um o combate à fome à extrema pobreza. Entre as medidas para isso, o candidato coloca a criação de restaurantes populares e cozinhas comunitárias em parceria com a União e com os municípios, e o fomento da agricultura, das cooperativas e de programas de combate à estiagem.

O programa de governo ainda cita a consolidação de estratégias que acelere a equidade de gênero, trazendo como exemplo o Comitê Gaúcho ElesPorElas (HeForShe), instalado por Edegar após solicitação a ONU Mulheres, a organização das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero.

Em diferentes partes do documento, a candidatura usa o slogan "Com a força da palavra para vencer com o coração".

Onyx Lorenzoni (PL) protagonismo do RS

O plano de governo de Onyx propõe a retomada do protagonismo do Estado, "tirando pedras do caminho" de quem contribui para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, com responsabilidade no uso de recursos públicos, mas sem perder a autonomia em relação a União.

O plano promete cumprir o que foi firmado com a União por meio do Regime de

Recuperação Fiscal, mas que após diálogo com a população, pode buscar alternativas "mais justas", enfatiza a necessidade de recuperar a capacidade de gestão e sustentabilidade financeira do IPE Saúde, e defende as escolas cívico-militares.

O programa apresenta como farol a defesa da liberdade, através das liberdades de ir e vir, de expressão e pensamento, de escolha, liberdade religiosa, e econômica.

Além de concentrar visões e ideias em 16 áreas referentes a valores e compromissos.

Eduardo Leite (PSDB) frisa na experiência

O plano de governo de Eduardo Leite está estruturado em cinco eixos: social e da qualidade de vida; ambiental e de infraestrutura; econômico; gestão; e fiscal.

Estes encontram-se subdivididos em diretrizes e prioridades para as diversas áreas.

Além disso, o documento, que se apresenta como "resultado de uma experiência administrativa, reflexo de uma visão de gestão pública e expressão de uma forma de fazer política", apresenta "conquistas" da gestão de Leite à frente do Piratini.

O programa fala em "dar continuidade ao programa estadual de concessões e parcerias público-privadas" e cita as privatizações já realizadas como avanços, prevendo a privatização da Corsan ainda em 2022 e sem citar o Banrisul e quer manter o cumprimento do Regime de Recuperação Fiscal.

Paulo Roberto (PCO) contra as privatizações

O PCO não apresenta uma proposta de governo específica para o RS.

O documento apresentado pela sigla à Justiça Eleitoral é o mesmo em diversos Estados no qual a sigla tem postulante ao governo.

Há treze áreas com propostas, no entanto elas visam questões nacionais e não especificamente aquelas voltadas ao Estado.

Entre elas, medidas contra o desemprego e demissões, contra a destruição dos serviços públicos e os ataques ao funcionalismo, contra as privatizações, em favor da Reforma Agrária com expropriação do latifúndio, em defesa do ensino público gratuito e de qualidade para todos, em todos os níveis.

Prevê a elaboração de um plano nacional de construção de milhões de moradias populares, para garantir habitação digna para população e gerar milhões de empregos, sob o controle dos trabalhadores.

Rejane Oliveira (PSTU) quer romper o RRF As propostas da candidata englobam o

rompimento com o Regime de Recuperação Fiscal, reversão das privatizações já realizadas, suspensão da desestatização da Corsan e estatização das empresas que devem impostos aos cofres do Estado.

O plano também propõe a desmilitarização da Brigada Militar, havendo a integração à Polícia Civil com a criação de uma força unificada.

Na educação, propõe retorno do plano de carreira dos professores, efetivação dos contratos temporários, pagamento do Piso Salarial Nacional e a ampliação e fortalecimento da **Uergs**.

Descrito como um programa "socialista e revolucionário", também prevê a recuperação de impostos sonegados e fim da isenção de tributos para grandes empresas, com a destinação dos recursos em áreas como saúde e educação.

Roberto Argenta (PSC) avançar 40 em 4 anos

O slogan de campanha de Argenta é "O emprego garante o presente e a educação garante o futuro".

Em uma carta de apresentação, o candidato garante que a força motriz de seu eventual governo "será gerar empregos e desenvolvimento econômico e social, pensando estrategicamente, agindo concretamente e avançando 40 anos em 4", diz, adaptando a célebre frase de Juscelino Kubitschek, que almejava avançar 50 anos em cinco.

Nesta área, entre as propostas, estão a priorização de escolas de Ensino Técnico, visando acelerar o primeiro emprego e qualificar a mão de obra; criar centros de empreendedorismo e cidadania, em parceria com municípios e com o governo federal; e acesso a crédito para micros e pequenos empresários, entre outras medidas.

Ricardo Jobim (Novo) defende privatizações

Seguindo a visão ideológica do partido, o Novo se apresenta como "uma proposta liberal para o Rio Grande do Sul".

O projeto prevê a privatização de estatais, incluindo a Corsan, utilizando os recursos para investimentos com foco no longo prazo e fundo garantidor para Parcerias Público Privadas (PPPs), a redução de secretarias, de cargos comissionados e reforma administrativa no âmbito de carreiras do Estado.

O documento ainda traz a criação de alíquota única do ICMS, a revisão de benefícios fiscais e fundos estaduais, a desburocratização para abertura e fechamento de empresas.

Para a **Uergs** estão previstas, a cobrança de mensalidade de baixo custo de estudantes com condições e a venda de naming rights, gerando receita através da atribuição de nomes, de espaços da Universidade.

Vicente Bogo (PSB) prioriza a educação

A chapa do professor universitário, que tem uma professora de Ensino Médio como vice, prega priorização da educação e a formação das pessoas.

"Acreditamos que, é a partir do valor humano que se constroem as riquezas de um povo", traz o plano em sua abertura.

As propostas estão divididas em seis eixos transversais: educação; saúde; meio ambiente; desenvolvimento socioeconômico; qualidade de vida com igualdade e segurança e gestão.

As medidas preveem um Pacto pela Educação Gaúcha, fortalecimento do ensino pro-fissionalizante e expansão do ensino integral e técnico, a revisão da legislação ambiental, educação ambiental, melhoria e aumento das Unidades de Conservação do Estado, fomento ao microempreendedorismo, de mulheres, idosos e pessoas negras.

Vieira da Cunha (PDT) destaca geração de empregos

O plano leva o nome de Projeto Gaúcho de Desenvolvimento (PGD), pregando o alinhamento "da responsabilidade fiscal à social e econômica, promovendo o desenvolvimento sustentável com geração de emprego e renda e maior igualdade entre as regiões do Estado".

Contando com professores nas posições de vice ao Senado na chapa e citando Leonel Brizola, que a considerava a "prioridade das prioridades", o plano tem 40 propostas na área da educação, incluindo a meta de 200 mil alunos em tempo integral, priorizando as regiões de maior vulnerabilidade social.

O programa elenca entre outras medidas interromper os processos de privatização e fortalecer a gestão de estatais como a Corsan e o Barrisul, e questionar o Regime de Recuperação Fiscal.